

Preconceito contra Povos Indígenas no Brasil: Um estudo no Acre e Sergipe¹

Prejudice Against Indigenous Peoples in Brazil: A Study in Acre and Sergipe

Kathllen Kendra Rocha Silva² & Marcus Eugênio Oliveira Lima²

RESUMO: O preconceito é uma realidade cada dia mais estruturante da sociedade brasileira. Diversos grupos são atingidos por atitudes preconceituosas no dia a dia. Mas nenhum deles sofre preconceito há mais tempo no Brasil que os povos indígenas. Embora a inferiorização desses povos originários marque nossa história desde o seu início, tem eclodido, nos últimos anos, nas mídias sociais, diversas e renovadas práticas de violência, alimentadas por características tecnológicas desses dispositivos e por conjunturas políticas relativas à organização e empoderamento de setores mais conservadores e reacionários da sociedade. Neste artigo apresentaremos dados comparativos sobre preconceito contra povos indígenas de dois Estados, o que possui a maior proporção de indígenas (Acre) e o que possui a menor proporção populacional no Brasil (Sergipe). A pesquisa foi realizada com 116 participantes, sendo estes 50 residentes no Acre e 66, em Sergipe. A idade média foi de 27,2 anos (DP = 9,33). Para análise do preconceito foram utilizados três indicadores: distância social, sentimentos/emoções intergrupais e crenças negativas sobre os indígenas. Os resultados gerais dos instrumentos expressam a ausência de preconceito explícito. Porém, ao inserir as variáveis de contato intergrupais e posicionamento político foi detectada diferença entre os grupos. Utilizam-se teorias psicossociais sobre formas abertas e veladas de preconceito para discussão dos resultados.

Palavras-chave: Preconceito; Brasil; Povos Indígenas; Posição Política; Contato Intergrupais.

ABSTRACT: Prejudice is an increasingly defining reality in Brazilian society. Various groups are affected by prejudiced attitudes in their daily lives. However, none of them have faced prejudice for as long in Brazil as indigenous peoples. Although the marginalization of these native peoples has marked our history since its beginning, in recent years, diverse and renewed forms of violence have emerged on social media, fueled by the technological characteristics of these platforms and by political situations linked to the organization and

¹ A pesquisa recebeu financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

² Universidade Federal de Sergipe (UFS)

empowerment of more conservative and reactionary sectors of society. In this article, we present comparative data on prejudice against indigenous peoples in two states: the one with the largest proportion of indigenous people (Acre) and the one with the smallest proportion (Sergipe). The survey involved 116 participants, 50 of whom lived in Acre and 66 in Sergipe. The average age was 27.2 years ($SD = 9.33$). Three indicators were used to analyze prejudice: social distance, intergroup feelings/emotions, and negative beliefs about indigenous peoples. The overall results of the instruments indicate the absence of explicit prejudice. However, when the variables of intergroup contact and political positioning were considered, differences were observed between the groups. Psychosocial theories on overt and covert forms of prejudice were applied to discuss the results.

Keywords: Prejudice; Brazil; Indigenous Peoples; Political Position; Intergroup Contact.

Introdução

Estudado há muito tempo por diversas áreas, dentre elas a psicologia social, na qual este artigo se insere, o preconceito estrutura a sociedade brasileira desde suas primeiras configurações; sendo verificado nas relações, nas mídias, nas obras de ficção etc. Há diversos tipos de preconceitos presentes na realidade brasileira: preconceito de cor, preconceito étnico, sexismo, homofobia, ageísmo, islamofobia, gordofobia, capacitismo etc. Neste artigo, tem-se como foco o preconceito étnico contra os povos indígenas.

O fenômeno do preconceito étnico se caracteriza por uma antipatia baseada em uma generalização falha e inflexível, sentida ou expressa, dirigida a um grupo ou indivíduos pelo seu pertencimento grupal (Allport, 1954). O preconceito pode tomar diversas formas, para adaptar-se ao grupo alvo, mas alguns elementos são comuns a todas suas manifestações. Sendo eles: 1. Ênfase e hierarquização das diferenças entre os grupos; 2. Sentimentos e emoções negativos contra alguém devido ao seu pertencimento grupal; 3. Uniformização e homogeneização dos membros do grupo minoritário alvo e 4.

Resistência cognitiva e social a negação das crenças e expectativas negativas acerca do exogrupo (Lima, 2023).

Neste artigo, analisa-se o preconceito contra a os povos indígenas na população não indígena de dois estados do Brasil que possuem realidades diversas em relação à presença dos indígenas nas suas populações. De acordo com o Censo de 2022 o Brasil tem 0,83% da sua população autodeclarada como indígena. Destes, habitam no Acre 3,82%, sendo a maior faixa de concentração nacional de povos indígenas, superando até a Amazônia Legal. Enquanto no estado de Sergipe apenas 0,21%, a menor faixa de concentração indígena em um território brasileiro (IBGE, 2022).

Este estudo é relevante por se tratar de um tema que colabora para a exclusão social de um grupo estigmatizado, a quem são associados atributos indesejáveis ou depreciativos para a sociedade, levando-os a serem marginalizados e/ou excluídos (Goffman, 1988). Por que o preconceito afeta a saúde física e mental de suas vítimas, alguns estudos apontam que vivenciar situações de preconceito, que possuem um caráter estressante, podem levar grupos étnicos e/ou minoritários ao desenvolvimento de ansiedade, depressão ou outros transtornos mentais (Ramos-Oliveira et al., 2017) e, por que o preconceito legitima ou justifica a discriminação dos seus alvos, para respeitar a norma social vigente de igualdade das sociedades modernas, os sujeitos precisam suprimir seu preconceito. Desse modo, a expressão pública de preconceitos depende fundamentalmente de justificativas que lhe assegurem discriminar grupos minoritários sem violar as normas, para isso as pessoas buscariam elaborar justificativas que legitimem as desigualdades sociais, assegurando a manutenção da expressão explícita de atitudes preconceituosas (Jost & Banaji, 1994; Pereira & Vala, 2010). E por que, não obstante todos estes aspectos, o tema é muito pouco pesquisado no Brasil, como verificado em uma revisão realizada nos anos de 2022 e 2023 que constatou um baixo número

publicações brasileiras sobre o racismo contra povos indígenas, em especial na área de psicologia, na qual este material se insere, que se apresentou ausente nesses estudos, sendo identificados apenas três materiais (Silva et al, 2024b).

Preconceito étnico-racial no Brasil

A realidade do preconceito no Brasil, até muito pouco tempo, era confusa e manietada. Por muito tempo, o país foi visto como sem preconceito racial. Até 1951, quando foi realizada uma pesquisa por encomenda da UNESCO para fins de conhecimento sobre a “realidade racial brasileira”, sustentava-se a hipótese de que o Brasil seria um caso neutro no que diz respeito à manifestação do preconceito contra negros e indígenas; sendo por um período propagandeado como modelo positivo no mundo a respeito do trato da diversidade (Fernandes, 1966).

Imperou por muito tempo o mito da Democracia Racial, teoria cunhada por Gilberto Freyre em sua obra *Casa-Grande & Senzala* (1933/1983). O autor descrevia a relação dos brancos e negros do Brasil como inteiramente livres de bloqueio para a igualdade, sem preconceito e discriminações raciais, sejam elas formais ou informais (Freyre, 1933/1983). Entretanto, para Florestan Fernandes (1966), a real e efetiva igualdade entre as raças, como proposta por Freyre, demandaria também uma democracia na esfera econômica, na esfera social, na esfera jurídica e na esfera política.

Não obstante a crítica feita pela Escola paulista de Sociologia, a noção de democracia racial se manteve por muito tempo no cenário brasileiro, provocando no passado e no presente grande impacto, tanto no cotidiano da população brasileira, quanto no cenário científico. No que se refere ao primeiro, no Brasil, somente a partir do ano de 1990 foi feito o reconhecimento da existência de preconceito racial por parte do Governo Federal, o que implicou no desenvolvimento tardio de políticas públicas com foco na equidade racial (Telles, 1993). Reflexo do que Fernandes (1966) já descrevia em sua obra,

que a atitude mais evidente dos brasileiros com relação ao preconceito era de “preconceito de ter preconceito”. Tal atitude também refletiu nas obras científicas uma vez que, até início da década de 1990, praticamente não há na ciência indícios de trabalhos da psicologia brasileira sobre o preconceito.

Em uma revisão sistemática realizada por Sacco et al. (2016) nas bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online), PePSIC, Index Psi, LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), e PsycINFO, utilizando os termos e operadores booleanos “racismo OR preconceito racial” nas buscas, foram encontrados, ao todo, 77 artigos entre os períodos de 2004 a 2014, variando o número de publicações por ano.

O baixo índice de publicações pela psicologia social brasileira acerca do preconceito ligou-se à história da sociedade brasileira, em que o tema se tornou um tabu para a miscigenada cultura brasileira (Lima, 2023). Podemos verificar esse movimento em uma revisão recente realizada nos anos de 2022 e 2023, que apontou um baixo índice de publicações sobre racismo contra povos indígenas. Após o processo de filtragem, apenas 10 das publicações encontradas tratavam sobre a questão do racismo diretamente ligada aos povos indígenas dentro do contexto do Brasil (7 artigos e 3 dissertações). Em especial, a área de psicologia apresentou uma baixa adesão ao debate, com apenas três publicações encontradas. Os autores concluem afirmando que há uma baixa visibilidade científica da temática, consequente da invisibilização dos povos indígenas e reflexo do racismo que estrutura as publicações científicas nas últimas décadas e de uma dispersão das análises em diversas áreas de pesquisa (Silva et al, 2024b).

A pesquisa “Indígenas no Brasil - Demandas dos povos e percepções da opinião pública” realizado pela Fundação Perseu Abramo (FPA), entre os dias 8 e 30 de outubro de 2010, utilizou uma abordagem em domicílio e face a face, com uma amostra

probabilística de 2.006 brasileiros(as) não-indígenas de 150 municípios das cinco macrorregiões do país. Os dados alcançados constataam a existência de preconceito contra povos indígenas no Brasil. Até mesmo expressões positivas em relação à imagem que os participantes tinham dos povos indígenas tinham um teor de negação ou invisibilização da sua existência: 52% da amostra concordava que os indígenas possuíam muitas terras, sendo as maiores taxas de concordância nas regiões Norte (59% concordavam) e Nordeste (60%). Essas duas regiões apresentam frequentes e graves conflitos territoriais e violência contra os indígenas.

Outros dados dizem respeito às violências e atitudes discriminatórias em relação à população indígena. Dados do Relatório “Violência contra os povos indígenas no Brasil” de 2021, desenvolvidos pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), sinalizam que esse ano foi marcado por uma intensificação da violência e violações contra povos indígenas no território brasileiro. Houve um aumento em invasões e ataques a comunidades e lideranças indígenas

[...] pelo sexto ano consecutivo, dos casos de “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio”. Em 2021, o CIMI registrou a ocorrência de 305 casos do tipo, que atingiram pelo menos 226 Terras Indígenas (TIs) em 22 estados do país. No ano anterior, 263 casos de invasão haviam afetado 201 terras em 19 estados. A quantidade de casos em 2021 é quase três vezes maior do que a registrada em 2018, quando foram contabilizados 109 casos do tipo (CIMI, 2021, p. 8)

Lima e Almeida (2010), em sua pesquisa, identificaram como o preconceito contra os povos indígenas está presente imaginário da população geral. Os autores encontraram representações sociais que apresentam os indígenas de forma distante tanto culturalmente como espacialmente: uma imagem de indígena exótico, com hábitos e práticas que os

diferem da população geral, que vivem em um passado remoto, em florestas, nas matas; populações exploradas, escravizadas, excluídas socialmente e com carência de direitos; associados a ações animais, canibalescas e ruins; e, por fim, que se aproveitam dos benefícios das políticas públicas.

Um estudo realizado em Goiás, com 823 estudantes do ensino médio, analisou as relações entre culpa e vergonha coletiva, identificação com a nação brasileira, contato intergrupos e preconceitos dos não-indígenas contra povos indígenas. Os dados indicaram não haver diferenças nas médias por identificação com a nação brasileira em relação à existência ou ausência de contatos com pessoas indígenas, porém, os níveis de culpa, vergonha coletiva e preconceito apresentaram diferenças significativas nas médias, sendo mais elevados em cidades sem contato com indígenas em relação a cidades onde havia moradores indígenas (Torres et al., 2011)

Esses estudos confirmam a existência de preconceito na atualidade em relação aos povos indígenas do Brasil. Retomamos aqui tal debate, realizando um estudo sobre o fenômeno do preconceito contra povos indígenas no território brasileiro. Em específico, este artigo analisa o preconceito contra os povos indígenas presentes na população não indígena do Acre e de Sergipe, fundamentado na literatura de que uma maior proximidade com esses povos pode reduzir o preconceito, como proposto por Gordon Allport (1954), na sua hipótese do contato.

Método

Trata-se de um estudo exploratório comparativo. A pesquisa exploratória, segundo Gil (2008), é desenvolvida com a finalidade de proporcionar uma visão geral sobre um determinado fenômeno, sendo muito utilizada, principalmente, quando o tema definido é pouco explorado, e apresenta-se uma maior dificuldade de formulação de uma hipótese precisa e operacionalizada. Para uma maior exploração dos aspectos aqui estudados, foi

definido o caráter comparativo do estudo, escolhendo os estados do Acre e Sergipe como zonas focais de aplicação, devido à diferença populacional de povos indígenas em ambos os locais.

Aspectos éticos

O trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFS, bem como ao Sistema Plataforma Brasil responsável pela análise e aprovação de pesquisas e apresenta parecer aprovado sob o parecer nº 52999121.0.1001.5546. O instrumento foi abrigado na plataforma *Qualtrics*, no período de 21 de outubro de 2021 a 26 de abril de 2022. A coleta foi executada de forma anônima, de modo que nenhum dado de identificação do sujeito fosse armazenado.

Participantes

Os participantes são moradores dos estados do Acre e de Sergipe. Somaram-se, ao todo, 131 respondentes do material, devido a aplicação virtual da pesquisa o instrumento alcançou outros estados, obtendo 15 respostas para além dos estados focais deste material. Porém, apenas 116 respostas enquadravam-se nas zonas de interesse, sendo 50 respostas de pessoas residentes do Acre e 66, de Sergipe. A idade média dos participantes foi de 27,2 anos (DP = 9,33), com idade mínima de 18 anos e máxima de 61 anos. Em relação ao gênero, 60% eram do gênero feminino, 39,1% do masculino e 0,9% selecionaram outro gênero. Utilizando as categorias do IBGE, observou-se que os maiores percentuais de autotranscrição de cor da pele foram: pardo com 47,8%, seguido por branco 36,5% e preto 11,3%, os menores índices foram para afro-indígena 2,6% e amarelo 1,7%. Ninguém se identificou como indígena.

A maior parte possuía a renda familiar entre 1,1 e 3 salários-mínimos (38,9%), seguidos por renda entre 3,1 e 5 salários e com até 1 salário-mínimo, ambos com 17,7%. Os menores índices detectados foram de renda entre 5,1 e 7 salários, entre 7,1 e 9 salários

e de renda acima de 9 salários, cujos percentuais foram de 11,5%, o primeiro, e de 7,1% os dois últimos. Quanto ao nível de escolaridade, 48,7% dos sujeitos possuíam o Ensino Superior Incompleto, 38,3% Ensino Superior Completo, seguido por 10,4% Ensino Médio Completo, 1,7% outro e 0,9% Ensino Médio Incompleto.

Por fim, foi analisado o posicionamento político dos participantes no Espectro Direita-Esquerda por meio de uma questão de múltipla escolha, com o enunciado “Qual a sua Posição política?”, com as seguintes alternativas: Extrema esquerda, Esquerda, Centro Esquerda, Centro, Centro direita, Direita, Extrema Direita e Outras (nomeada posteriormente como sem posicionamento político). Foram obtidos os seguintes resultados: Extrema esquerda: 3,5%; Esquerda: 49,1%; Centro esquerda: 14,9%; Centro: 7%; Centro direita: 2,6%; Direita: 4,4%; e Sem posicionamento: 18,4%. Para melhor análise, uma nova categoria foi formada a partir dos valores acima, as posições da esquerda foram unidas, transformando-se em Esquerda (67,5%), e os do centro e direita foram transformados no Espectro Centro/Direita (14%). Foi mantido separado o grupo de Sem posicionamento político (18,4%).

Procedimentos e Instrumentos

A coleta de dados ocorreu de forma *online*, via questionário eletrônico, devido ao contexto de pandemia do Covid-19. Os participantes da pesquisa foram localizados aleatoriamente, por meio de mídias sociais como *Instagram* e grupos do aplicativo de mensagem do *Whatsapp*, sendo convidados por meio de um texto informativo contendo o tema do estudo e público-alvo, convocando-os à participação voluntária, acompanhado do *link* de acesso ao material da pesquisa.

O instrumento utilizado foi um questionário eletrônico, organizado em blocos temáticos: Dados sociodemográficos (idade, gênero, estado, cidade, nível de escolaridade, renda, posicionamento político, identificação racial e uma escala de

identificação cultural), para uma melhor análise comparativa dos dados coletados, seguidos de perguntas discursivas e escalas tipo *Likert*.

Com a finalidade de analisar o fenômeno do preconceito, fez-se uso de uma análise tripla, sendo os três indicadores: uma medida de disposição comportamental, uma medida emocional e um medidor de cognitivo (crenças) em relação aos indígenas brasileiros.

O primeiro indicador foi uma Escala de **Distância Social** desenvolvida por Torres et al (2011), uma escala *Likert* de variação 7, em que 1: totalmente desconfortável; 4: neutro; e 7: totalmente confortável. Esta escala foi composta por 10 indicadores: 1. “Ter um vizinho indígena”; 2. “Ter um professor indígena”; 3. “Ter um prefeito indígena”; 4. “Ter um médico indígena”; 5. “Trabalhar para um indígena”; 6. “Ser abordado por um policial indígena”; 7. “Ter um amigo indígena”; 8. “Namorar um(a) indígena”; 9. “Ter um filho com descendência indígena” e 10. “Casar com um(a) indígena”. Foi analisada a consistência interna e verificada uma alta consistência com um *Alpha* de *Chronbach* (α) de 0,97.

Com relação aos **sentimentos/emoções intergrupais**, utilizou-se a medida de Lima e Almeida (2010). Foram listados 10 sentimentos e estados afetivos: “Admiração”; “Orgulho”; “Simpatia”; “Respeito”; “Solidariedade”; “Raiva”; “Culpa”; “Pena”; “Indiferença”; e “Desprezo”. A amplitude da escala variou de 1 (a ausência do sentimento) a 5 (presença forte do sentimento). Foi analisada a consistência interna da escala, obtendo um α de -0,58.

Por fim, o último indicador foi uma escala de **Crenças positivas e negativas** sobre os indígenas, adaptada de Torres et al. (2011), com a finalidade de verificar crenças cognitivas. Esta escala é do tipo *Likert* de 7 pontos, em que 1: totalmente desconfortável; 4: neutro; e 7: totalmente confortável, composta por 21 afirmativas, tais como: “Eu sou

capaz de entender a situação de pobreza dos indígenas brasileiros.” e “Quando penso na discriminação que os povos indígenas têm que enfrentar no seu dia-a-dia, sinto-me muito mal por eles.”. Foi analisada a consistência interna da escala, obtendo um α de 0,720.

Para mensuração do contato, dois indicadores foram utilizados, o primeiro em relação ao **Estado de residência** dos participantes da pesquisa, e o segundo, um medidor de **intensidade do contato**. Este último possuía como pergunta “No geral, você costuma ter contato com indígenas com que frequência?”, com uma questão de múltipla escolha com variação entre 1: nunca e 9: várias vezes ao dia.

Análise de dados

Os dados foram analisados utilizando o *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) e o *Jeffrey's Amazing Statistics Program* (JASP). As análises realizadas foram Análises Descritivas, Análises de Variância (ANOVA), Testes de Post-Hoc e Análise de Correlação.

Resultados e Discussão

Inicialmente foi extraída a estatística descritiva da variável independente Intensidade do contato, última variável necessária para as análises aqui propostas. Obteve-se os seguintes resultados (ver Tabela 1). Em seguida, realizou-se uma Análise de Variância comparar as médias das variáveis Estado e Intensidade do contato, obteve-se médias baixas em ambos os Estados: Acre $M = 3,54$ ($DP = 2,288$) e Sergipe $M = 2,109$ ($DP = 1,663$). Mesmo no estado do Acre, onde há maior número populacional de povos indígenas, a intensidade do contato é pequena, porém, quando comparadas as médias dos estados entre si, é possível perceber que existe diferença [$F_{(1, 112)} = 14,941$; $p = 0,000$]. Para as análises posteriores das médias dos grupos, a variável intensidade do contato foi transformada em uma nova variável de 3 pontos: 1. Nunca; 2. Pouco contato; e 3. Muito contato.

Tabela 1

Frequência da Intensidade do contato

Intensidade do contato	Frequência	Porcentagem
Nunca	47	39,831
Menos de uma vez por ano	23	19,492
Uma vez por ano	10	8,475
Duas vezes por ano	10	8,475
Uma vez por mês	9	7,627
Várias vezes por semana	11	9,322
Uma vez por semana	3	2,542
Várias vezes ao dia	1	0,847
Ausentes	4	3,390
Total	118	100,000

Posteriormente, foram analisados os indicadores de preconceito: distância social (disposição comportamental), sentimentos/emoções (emocional) e crenças positivas/negativas (crenças – cognitivas) em relação aos indígenas. Para análise do primeiro indicador **Distância social**, devido ao seu direcionamento, para as análises precisou ser recodificado (invertido) em 1: totalmente confortável a 7: totalmente desconfortável em relação à intimidade com indígenas. A média de Distância Social foi de 2,49 (DP = 1,41), indicando baixa distância social (ver Tabela 2).

Tabela 2

Estatística Descritiva Escala de Distanciamento Social (n=105)

Itens	Acre	Sergipe	Total
Ter um vizinho indígena	1,98 (1,15)	1,56 (0,98)	1,73 (1,07)
Ter um professor indígena	1,93 (1,09)	1,48 (0,89)	1,67 (1,00)
Ter um prefeito indígena	1,95(1,08)	1,48 (0,91)	1,68(1,004)
Ter um médico indígena	1,91 (1,09)	1,39 (0,82)	1,61(0,975)
Trabalhar para um indígena	2,07 (1,15)	1,56 (1,10)	1,77(1,145)
Ser abordado por um policial Indígena	2,18 (1,21)	1,87 (1,29)	2,00(1,263)
Ter um amigo indígena	1,82 (1,02)	1,38 (0,78)	1,56(0,908)
Namorar um(a) indígena	2,11 (1,26)	1,57 (1,15)	1,80(1,220)
Ter um filho com descendência Indígena	2,11 (1,20)	1,59 (1,10)	1,81(1,169)
Casar-se com um (a) indígena	2,16 (1,26)	1,57 (1,19)	1,82(1,246)

Visando o alcance do objetivo específico: “Identificar possíveis diferenças com relação ao grau de contato com povos indígenas nos estados do Acre e Sergipe”, realizou-se uma ANOVA *one-way*, comparando as médias de distanciamento social nos estados do Acre e Sergipe. Os resultados indicaram um baixo preconceito expresso por meio do distanciamento social, as médias obtidas para os estados consistiram em Acre $M = 2,889$ ($DP = 1,478$) e Sergipe $M = 2,206$ ($DP = 1,300$), a média geral se encontra no ponto neutro ou mediana da escala $M = 2,492$ ($DP = 1,412$), a hipótese alternativa (H_1) foi confirmada ($p < 0,05$), admitindo que há a existência de diferença entre as médias de preconceito nos estados [$F_{(1, 103)} = 6,292$; $p = 0,014$]. Como complemento, comparou-se as médias da Escala de Distância Social em relação a intensidade do contato. Os resultados alcançados foram: Nunca $M = 2,455$ ($DP = 1,473$); Pouco contato $M = 2,703$ ($DP = 1,450$); Muito

contato $M = 2,181$ ($DP = 1,200$). Confirmou-se a hipótese nula (H_0) da ausência de diferença, não sendo detectado nenhum valor significativo em relação à intensidade do contato [$F_{(2, 102)} = 0,994$; $p = 0,374$].

Consideramos que tais escores de preconceito explícito contra os povos indígenas não refletem a realidade social do Brasil, como verificado no estudo de Lima e Castilho (2013), em que os dados expressaram a força do preconceito contra povos indígenas no século XXI. Os autores descrevem a realidade do preconceito contra esses povos como difusa e perversa, em seus dados, 80% da sua amostra de pessoas não indígenas relatou haver discriminação contra a minoria, apesar de que 96% afirmam não ter preconceito contra eles. Dos indígenas entrevistados no estudo, 83% confirmaram a existência do preconceito e 45% relataram ter sofrido alguma forma de discriminação. O que nos leva a questionar até que ponto os dados aqui verificados são reflexos de uma possível mudança, hipótese descartada baseada nos dados a seguir.

Uma possível interpretação de causa se deve à forma de coleta de dados e à amostra pesquisada, geralmente inserida em uma bolha ideológica nas coletas com questionário eletrônico. Assim, decidiu-se analisar o efeito da posição política no espectro Direita-Esquerda dos participantes nos seus níveis de preconceito.

Os resultados indicaram as médias: Centro-Direita $M = 3,241$ ($DP = 1,850$), os Sem Posicionamento Político $M = 2,976$ ($DP = 1,347$) e os de Esquerda $M = 2,127$ ($DP = 1,076$). A ANOVA de um fator verificou que o nível de preconceito expresso pelo distanciamento social possui diferenças significativas em relação ao posicionamento político [$F_{(2, 100)} = 6,652$; $p = 0,002$]. Ao decompor as análises por meio do teste Post Hoc de Tukey, observou-se a presença de diferença entre os sujeitos no espectro político de Esquerda em relação aos de Centro/Direita ($p = 0,010$), sendo maior a média do preconceito na posição Centro/Direita. O mesmo se dá na comparação entre o

posicionamento Esquerda em relação aos sujeitos da pesquisa Sem posicionamento ($p = 0,029$), sendo a maior média da variável Sem posicionamento. Entretanto, não foi verificada a existência de diferença entre o posicionamento Centro/Direita em relação a sujeitos Sem Posicionamento político ($p = 0,827$).

Os dados podem ser explicados nas questões sociais e na posição adotada pelos sujeitos sociais. A divisão política em Esquerda – Direita caracteriza a realidade política do Brasil. Madeira e Tarouco (2011) definem que Esquerda e Direita retratam categorias que constantemente são utilizadas para localizar espacialmente a posição de diferentes partidos políticos dentro de um mesmo sistema partidário.

Com o passar dos anos, muitas foram as definições de Esquerda – Direita para a população brasileira. Uma das últimas definições que estruturam o espectro que rege a atualidade é descrito por Bresser-Pereira (2000). Para o autor, a direita é concebida por forças políticas associadas a lutas econômicas, especificamente àquelas que visam assegurar a ordem em um país capitalista e democrático. Por outro lado, à esquerda se associariam pessoas que defendem o valor de igualdade, que procuram instaurar uma ordem em benefício de uma justiça social (Bresser-Pereira, 2000). Lima et al. (2022) salientam que, com a redemocratização, um novo elemento definidor do espectro se desloca da democracia para a crise econômica, desse modo, a postura perante o liberalismo-econômico toma lugar central.

No tocante ao indicador do **sentimento/emoções**, o instrumento foi pensado em termos de duas dimensões: sentimentos positivos e negativos. Para isso, dividiu-se os sentimentos em dois grupos: Sentimentos positivos – admiração, simpatia, orgulho e culpa, e Sentimentos negativos – indiferença, raiva e pena. O sentimento Desprezo não apresentou variação, de modo que não adentrou as análises.

Seguindo as análises, a consistência interna da variável **sentimentos positivos** foi extraído, obteve-se uma boa consistência interna ($\alpha = 0,677$).

Realizou-se uma ANOVA com a finalidade de retomar o objetivo específico "Identificar possíveis diferenças com relação ao grau de contato com povos indígenas nos estados do Acre e Sergipe". Foi testada a relação entre o estado e a expressão de sentimentos/emoções em relação aos indígenas. Para a variável Sentimentos positivos os resultados indicaram as médias para os estados $M_{\text{Sergipe}} = 3,910$ (DP = 0,722) e $M_{\text{Acre}} = 3,805$ (DP = 0,815). A média geral obtida foi de $M = 4,171$ (DP = 0,604). Dessa maneira, confirmou-se a H_0 , não há diferença significativa entre os dois estados [$F_{(1,113)} = 0,532$; $p = 0,467$]. Como complemento, foi realizada uma ANOVA comparando as médias de intensidade do contato e os sentimentos positivos. As médias obtidas foram $M_{\text{Nunca}} = 3,702$ (DP = 0,867), $M_{\text{Pouco Contato}} = 4,017$ (DP = 0,667), $M_{\text{Muito Contato}} = 3,906$ (DP = 0,663), novamente confirmou-se a H_0 , não sendo, novamente, detectado valores significativos [$F_{(113)} = 1,871$; $p = 0,162$].

Em seguida, testou-se se a posição no espectro político influenciava a expressão de sentimentos/emoções. As médias obtidas foram $M_{\text{Direita}} = 3,217$ (DP = 1,004), $M_{\text{Esquerda}} = 4,063$ (DP = 0,614) e $M_{\text{Sem posição}} = 3,738$ (DP = 0,705). A ANOVA de um fator verificou que, em relação aos sentimentos/emoções positivos, há diferenças significativas quando analisado o posicionamento político dos participantes [$F_{(2, 111)} = 6,062$, $p = 0,007$]. Ao decompor as análises por meio do teste Post Hoc de Tukey, observou-se a presença de disparidade entre os sujeitos no espectro político de Esquerda em relação aos de Centro/Direita ($p = 0,016$), sendo maior a média do preconceito na posição Esquerda. Em contrapartida, não há diferença entre os grupos em relação aos participantes sem posicionamento político (Esquerda $p = 0,152$; Centro/Direita $p = 0,215$).

O mesmo foi realizado para a variável **sentimentos negativos**, obtendo um $\alpha=0,034$, abaixo do esperado. Apesar do baixo valor, realizou-se as mesmas análises para atender ao objetivo de verificar se há diferenças na presença de sentimentos negativos nos participantes de acordo com as demais variáveis independentes. Primeiramente, uma ANOVA foi realizada para verificar a relação entre estado e a expressão de sentimentos/emoções negativas em relação aos indígenas. Os resultados indicaram as médias para os estados $M_{\text{Sergipe}} = 1,599$ (DP = 0,576) e $M_{\text{Acre}} = 1,393$ (DP = 0,445). A média geral obtida foi de $M = 1,508$ (DP = 0,530), há uma diferença significativa entre os dois estados [$F_{(113)} = 4,339$; $p = 0,040$].

Como complemento, foi realizada uma ANOVA comparando as médias de intensidade do contato os sentimentos negativos. As médias obtidas foram $M_{\text{Nunca}} = 1,681$ (DP = 0,613), $M_{\text{Pouco Contato}} = 1,395$ (DP = 0,431) e $M_{\text{Muito Contato}} = 1,375$ (DP = 0,431), verificando a existência de diferenças entre as médias [$F_{(113)} = 4,475$, $p = 0,0144$]. Decompondo as análises por meio do teste Post Hoc de Tukey, observou-se a presença de diferença entre os sujeitos que não tinham nenhum contato com pessoas indígenas e as demais, estes apresentaram maiores presenças de sentimentos negativos em relação a pessoas com pouco contato ($p = 0,026$) e uma diferença tendenciosa em relação a pessoas que tinham muito contato ($p = 0,051$).

Em seguida, testou-se se a posição no espectro político influenciava a expressão de sentimentos/emoções negativas. As médias obtidas foram $M_{\text{Direita}} = 1,422$ (DP = 0,497), $M_{\text{Esquerda}} = 1,55$ (DP = 0,495) e $M_{\text{Sem posição}} = 1,349$ (DP = 0,645), sendo confirmada a H_0 , pois não há uma diferença significativa entre os grupos [$F_{(2, 111)} = 1,467$, $p < 0,235$].

Para análise do último indicador, **Crenças Cognitivas** (cognitivo-crenças), foi usada uma escala de **Crença positiva/negativa dos indígenas**, composta por 21 itens,

sendo esta do tipo *Likert* de variação 7, sendo 1: Discordo totalmente, 4: Não concordo ou discordo e 7: Concordo totalmente.

Inicialmente realizou-se uma Análise Fatorial Exploratória, para extração dos fatores da escala, bem como o índice KMO = 0,82 e o Teste de Esfericidade de Bartlett, que foi significativo [$X^2_{(210)} = 1227,62; p < 0,001$] indicando a boa adequabilidade da amostra e a interpretabilidade da matriz de covariância dos itens. Foram obtidos dois fatores na escala, o fator 1 nomeado **Crença positiva sobre indígenas** ($\alpha = 0,88$) e o fator 2 nomeado **Crença negativa sobre os indígenas** ($\alpha = 0,83$). Para as análises foram utilizadas apenas as crenças negativas sobre os indígenas.

Uma ANOVA foi realizada para verificar a relação entre estado e a crenças negativas em relação aos indígenas. Os resultados indicaram as médias para os estados $M_{\text{Sergipe}} = 2,498$ (DP = 1,113) e $M_{\text{Acre}} = 2,477$ (DP = 0,994). A média geral obtida foi de $M = 2,486$ (DP = 1,048), não há uma diferença significativa entre os dois estados [$F_{(1, 103)} = 0,010; p = 0,919$]. Em complemento, foi realizada uma ANOVA comparando as médias de intensidade do contato as crenças negativas. As médias obtidas foram $M_{\text{Nunca}} = 2,615$ (DP = 1,062), $M_{\text{Pouco Contato}} = 2,392$ (DP = 0,986) e $M_{\text{Muito Contato}} = 2,402$ (DP = 1,152), confirmando a H_0 não há diferença entre os grupos [$F_{(113)} = 0,551, p = 0,578$].

Em seguida, testou-se se a posição no espectro político influenciava a atitude de negação do preconceito. As médias obtidas foram $M_{\text{Direita}} = 3,529$ (DP = 1,090), $M_{\text{Esquerda}} = 2,052$ (DP = 0,757) e $M_{\text{Sem posição}} = 3,359$ (DP = 0,912). Verificou-se a presença de diferenças na negação do preconceito em relação a posição política dos participantes [$F_{(2, 99)} = 29,404, p = 0,000$]. Decompondo as análises por meio do teste Post Hoc de Tukey, observou-se a presença de diferença entre os sujeitos no espectro político de Esquerda em relação aos de Centro/Direita ($p = 0,000$) e Sem Posicionamento ($p = 0,000$), a menor média de negação do preconceito localizou-se nos participantes do espectro de Esquerda.

Entretanto, não foi verificada a existência de diferença entre o posicionamento Centro/Direita em relação a sujeitos Sem Posicionamento político ($p = 0,843$).

O imaginário social construído em relação aos povos indígenas, com o passar dos anos, teceu uma teia que apresenta esses povos de forma negativa e estereotipada, que os desumaniza e os colocam como entraves ao desenvolvimento econômico. A presença de crenças negativas em participantes majoritariamente de direita reflete a forma que a direita no Brasil é constituída. O Ideal capitalista que marca a direita, em relação ao estereótipo de entrave ao desenvolvimento que os povos indígenas apresentam no imaginário de pessoas partidárias a direita, dialoga de modo a retroalimentar a expressão de preconceito nessa parcela da população (Bresser-Pereira, 2000).

Como citado acima, foi avaliado o preconceito em diferentes aspectos (cognitivo, comportamental e emocional) com os instrumentos selecionados para esse material. Desse modo, as mesmas análises foram realizadas em relação a variável **Preconceito étnico (cognitivo + comportamental + emocional)**. Primeiramente, foi realizada uma ANOVA, para comparar a dimensão étnica com a variável Estado, foram obtidos os seguintes resultados $M_{\text{Sergipe}} = 3,910$ (DP = 0,722), $M_{\text{Acre}} = 3,805$ (DP = 0,815), e a média geral obtida foi de $M = 2,484$ (DP = 2,487). Confirmando a H_0 , não há diferença significativa entre as médias da dimensão nos participantes dos dois estados [$F_{(1, 103)} = 1,421, p = 0,236$]. Em complemento, foi realizada uma ANOVA comparando as médias de intensidade do contato as crenças negativas, as médias obtidas foram $M_{\text{Nunca}} = 3,062$ (DP = 2,756), $M_{\text{Pouco Contato}} = 2,426$ (DP = 2,366), e $M_{\text{Muito Contato}} = 2,064$ (DP = 2,181), confirmando a H_0 não há diferença entre os grupos [$F_{(113)} = 1,309, p = 0,275$].

Em seguida, testou-se se a posição no espectro político influenciava na presença do preconceito étnico. As médias obtidas foram $M_{\text{Direita}} = 5,111$ (DP = 2,302), $M_{\text{Esquerda}} = 1,666$ (DP = 1,820), $M_{\text{Sem posição}} = 3,887$ (DP = 2,086). Verificou-se a presença de

diferenças na presença do preconceito étnico em relação à posição política dos participantes [$F_{(2, 99)} = 23,033, p = 0,001$]. Decompondo as análises por meio do teste Post Hoc de Tukey, observou-se a presença de diferença entre os sujeitos no espectro político de Esquerda em relação aos de Centro/Direita ($p < 0,001$) e Sem Posicionamento ($p < 0,001$), há uma menor presença de preconceito étnico nos participantes localizados no espectro de Esquerda. Entretanto, não foi verificada a existência de diferença entre o posicionamento Centro/Direita em relação a sujeitos Sem Posicionamento político ($p = 0,202$).

Para verificação da relação entre as escalas foi realizada uma análise de correlação. Primeiramente foi realizado um teste de normalidade de Shapiro-Wilk, para verificar se os dados da amostra possuem uma distribuição normal. As variáveis Distancia Social ($p = 0,000$), Reconhecimento ($p = 0,000$), Negação ($p = 0,02$), sentimentos negativos ($p = 0,001$), sentimentos positivos ($p = 0,000$) e Preconceito étnico ($p = 0,000$), apresentaram um valor de p menor que 0,05, o que significa a ausência de normalidade.

Dessa maneira, foi utilizado o Teste de Correlação de Spearman, indicado para amostras com distribuição anormal (Tabela 3).

Tabela 3

Análise de Correlação de Spearman

Variável	P.E.	S.N.	S.P.	C.N.	D.S.
Preconceito étnico	—				
Sentimentos negativos	0.173	—			
Sentimentos positivos	-0.657 ***	0.062	—		
Crença negativa	0.796 ***	0.044	-0.491 ***	—	
Distância social	0.703 ***	-0.084	-0.323 ***	0.338 ***	—

* $p < 0,05$, ** $p < 0,01$, *** $p < 0,001$

A partir dos dados alcançados (Tabela 3), pode-se verificar a existência de correlações significativas entre as escalas ($p < 0,05$; $p < 0,001$; $p < 0,001$), em ambas as direções negativa e positiva, porém variando de intensidade fraca a moderada em ambos os sentidos.

Os valores podem ser interpretados da seguinte forma: para a variável Preconceito étnico, quanto maior a presença do preconceito, maior o desejo de distanciar-se socialmente dos povos indígenas, e maior é a presença de crenças negativas e sentimentos negativos em relação a esses povos, uma relação positiva, diretamente proporcional. Enquanto quanto maior a presença de preconceito étnico, menor são os sentimentos positivos.

Quanto ao Distanciamento social (DS), quanto maior o desejo de distanciamento social, mais crenças negativas são percebidas, verificando uma correlação direta entre as variáveis DS e Crenças negativas. No entanto, observa-se que quando maior o desejo de distanciar-se socialmente, menos são detectados sentimentos/emoções, sejam eles positivos ou negativos, em relação aos povos indígenas, uma relação inversamente proporcional.

Para a variável Sentimentos negativos em relação aos sentimentos positivos e crenças negativas se correlacionam positivamente, quanto mais sentimentos negativos maior é a presença de sentimentos positivos e de crenças negativas sobre os povos indígenas. Por fim, a variável sentimento positivo se relaciona às crenças negativas de forma inversamente proporcional, ou seja, se o sujeito apresentar maior sentimento positivo, menos crenças negativas ele possui.

Conclusão

Este material partiu do interesse de compreender o fenômeno do preconceito em relação aos povos indígenas verificado na realidade brasileira. Devido ao caráter

premature do estudo de fenômenos sociais em relação aos povos indígenas no território brasileiro, foi construído um estudo exploratório comparativo nos estados do Acre e Sergipe, com o objetivo principal de analisar o preconceito em relação aos povos indígenas pela população não indígena brasileira.

Para análise do preconceito foi adotado um método tripartite, analisando o fenômeno em três aspectos: cognição, sentimentos e emoções e comportamento. De acordo com os dados obtidos nos instrumentos utilizados na pesquisa não foram verificados sinais significativos de preconceito explícito, uma vez que os sujeitos da pesquisa apresentaram uma baixa média nas escalas. Porém, tais dados não condizem com a realidade, baseando-se em estudos anteriores, podendo ter influência no método de aplicação da pesquisa como já foi sinalizado.

Outro dado que corrobora tal afirmativa é o fato de que os próprios participantes afirmam a existência de um preconceito em relação aos povos indígenas na parte qualitativa dos dados (verificar Silva et al., 2024a, para maior aprofundamento). Recorrentemente, foram verificadas frases dos participantes que afirmavam um preconceito, para exemplificar temos a frase do sujeito 70 (Morador do Acre) que fala: “são preconceituosos desde que os jesuítas chegaram no brasil, que criou-se esse preconceito, um dos motivos é a cultura diferenciada, o que é normal em todos os povos segundo sua região, é formas de vida.”, ou pelo sujeito 29 (Morador de Sergipe) que afirma que

a maioria dos brasileiros acreditam que os povos indígenas vivem sem tecnologias e completamente desligados do resto da sociedade e acabam por reproduzir pensamentos preconceituosos ao ver um indígena utilizando celulares ou redes sociais por exemplo, acham que todos devem morar em ocas, se vestir

apenas com folhas e não utilizar meios de transportes comuns, há também o fato de que muitos brasileiros acham que podem se fantasiar de indígenas em festas.

Tais dados refletem o tabu que se instaurou sobre o preconceito, como já dizia Florestan Fernandes, há, na sociedade brasileira, um preconceito de se ter preconceito. Desse modo, o uso de medidores explícitos de preconceito pode ter refletido para que as repostas passassem pelo filtro das normas sociais (Fernandes, 1966).

É sabido que os fenômenos sociais sofrem influência contexto social em que estão inseridos. Historicamente, o contato entre os grupos indígenas e não indígenas foi marcado por muita violência, apagamento e distanciamento (Torres et al, 2011). Desse modo, qualificar o contato intergrupais que marca as relações grupais entre pessoas indígenas e não indígenas no território brasileiro foi necessário. Para fins de compreender o contexto em que o preconceito está contido e se o reflexo da história de contato entre esses grupos reverbera na atualidade.

Tendo em vista a influência do contato intergrupais nos fenômenos sociais, ambos os estados foram pensados devido a distribuição geográfica dos povos indígenas em ambos os territórios. Para tanto, foi formulado um objetivo específico, que teve por finalidade verificar se haveria influência do contato intergrupais na formação dos preconceitos contra povos indígenas.

Quanto a isso, constatou-se que as diferenças históricas do processo de colonização dos povos indígenas em ambas as regiões, assim como a diferença de intensidade do contato com essa minoria, podem impactar o preconceito étnico. Alguns medidores de preconceito, a exemplo da distância social e os sentimentos negativos, apresentaram diferenças significativas nas repostas dos sujeitos a depender de onde eles habitavam, assim como do grau de intensidade do contato que possuíam com povos indígenas.

O desejo de distanciar-se socialmente dos indígenas é maior no Acre em comparação a Sergipe, o que pode ser pensado em termos de ameaça. O fato de existir uma grande quantidade de indígenas nesse território, que podem ser percebidos como uma “ameaça”, alguém com quem estão competindo, pode levar a ser mais presente o comportamento de distanciar-se do exogrupo. Outra variável impactada foi uma presença de sentimentos negativos maior em Sergipe em relação ao Acre. Tais dados podem refletir a forma como o preconceito étnico contra povos indígenas no Brasil se caracteriza. Há, como salientou Lima e Almeida (2010), uma invisibilização dessa minoria, elas são lembradas nos períodos iniciais da história, porém são apagadas da sociedade brasileira. Dessa maneira, perduram no imaginário social estereótipos desumanizantes, como “selvagens” “violentos”.

No contexto social do Brasil, a política tem um grande papel de influência nos fenômenos sociais, principalmente na atualidade, em que diversos movimentos políticos têm eclodido e adentrado os debates sociais e acadêmicos, a exemplo das eleições de 2020 e 2022.

Dessa forma, um segundo objetivo foi verificar a influência do posicionamento político, no espectro Esquerda-Direita, no fenômeno do preconceito em relação à minoria indígena. Os dados expressaram que a variável suplementar impactou na variância das respostas dos sujeitos.

Os dados expressaram uma maior presença de preconceito étnico em sujeitos que se autodeclararam de centro-direita ou sem posicionamento político em comparação aos de esquerda. Este dado é um reflexo da construção política, em que esses partidos se construíram historicamente no Brasil. O centro/direita se caracteriza por pessoas com uma postura em defesa do capitalismo. Essa perspectiva mercadológica influenciada pelo colonialismo tece no imaginário social o estereótipo de que os povos indígenas são

entraves ao desenvolvimento, como sociedades atrasadas que são um entrave ao desenvolvimento. O ideal de proteção ambiental, bem como seus modos de ser e cultura, defronta com os interesses de grandes produtores, resultando até em conflitos físicos.

É importante ressaltar que o presente estudo apresentou algumas limitações que merecem serem destacadas. A primeira se relaciona à aplicação do estudo, o método de coleta online apresentou uma dificuldade de alcance de sujeitos respondentes da pesquisa, tornando por necessitar de um tempo maior para coleta, assim como muitas desistências no processo de respostas, diminuindo a distribuição da amostra que se tinha por objetivo dividir 50-50 em ambos os territórios.

Contudo, apesar das dificuldades, os dados aqui obtidos agregam aos poucos estudos acerca da temática do preconceito contra povos indígenas dentro do território brasileiro. A pesquisa propõe-se a integrar a literatura escassa sobre fenômenos sociais que afligem os povos indígenas, como pode ser verificada por Silva et al (2024b) em uma revisão sistemática sobre o racismo contra povos indígenas no Brasil.

Os dados abrem caminhos para que novas pesquisas sobre o preconceito contra povos indígenas possam emergir, bem como evidenciamos a importância que mais pesquisadores se insiram no estudo dos fenômenos sociais que retroalimentam a realidade de violência e invisibilização a que a população indígena brasileira é submetida.

Referências

- Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice*. 3a Ed. Addison Wesley.
- Bresser-Pereira, L. C. (2000). A nova esquerda: uma visão a partir do sul. *Revista Filosofia Política*, 6, 144-178.
- Conselho Indigenista Missionário (2021). *Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil: Dados de 2021*.
- Fernandes, F. (1966). *O Negro no mundo dos brancos*. Difusão Européia do Livro.
- Freyre, G. (1933/1983). *Casa-Grande & Senzala*. Global.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6a ed). Editora Atlas.
- Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4a Ed. GEN/LTC.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2022). *Censo Demográfico 2022: Indígenas. Primeiros resultados do universo*. IBGE.
- Jost, J.T. & Banaji, M.R. (1994). The role of stereotyping in system justification and the production of false consciousness. *British Journal of Social Psychology*, 33, 1-27.
- Lima, A. C. S & Castilho, S. R. R. (2013). Povos Indígenas, preconceito e ativismo político In: V. Bokany, & G. Venturi (orgs.). *Indígenas no Brasil: Demandas dos povos e percepções da opinião pública*. Editora Fundação Perseu Abramo.
- Lima, M. E. O. (2023). Preconceito. In: A. R. R. Torres (Org.) *Psicologia social: temas e teorias*. (pp.405 – 444). Editora Blucher Open Access.
<https://openaccess.blucher.com.br/articlelist/9786555502046-606/list#undefined>
- Lima, M. E. O. & Almeida, A. M. M. (2010). Representações sociais construídas sobre os índios em Sergipe: ausência e invisibilização. *Paideia*, 20(45), 17-27.

- Lima, M. E. O., Almeida, J. N., França, D. X & Santos, I. J. (2022). O surgimento de líderes autoritários: significados das posições direita-esquerda e sentimento de anomia. *Psicologia Política*, 22(54), 449-466.
- Madeira, R. M. & Tarouco, G. S. (2011). Esquerda e Direita no Brasil: Uma análise conceitual. *Revista Pós Ciências Sociais*, 8(15).
- Pereira, C. R. & Vala. J. (2010). Do preconceito à discriminação justificada. *In_Mind_Português*, 1(2-3), 1-13.
- Ramos-Oliveira, D.; Magnavita, P.; Oliveira, F. S. (2017). Aspectos sociocognitivos como eventos estressantes na saúde mental em grupo étnicos e minoritários no Brasil. *Summa Psicológica UST*, 14(1), 43-55.
- Sacco, A. M., Couto, M. C. P. de P., & Koller, S. H. (2016). Revisão sistemática de estudos da psicologia brasileira sobre preconceito racial. *Temas em Psicologia*, 24(1), 233-250. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2016.1-16>
- Silva, K. K. R, Lima, M. E. O & Silva, P. (2024a). *Preconceito e estereótipo dos povos indígenas do Brasil: um estudo comparativo nos estados do Acre e Sergipe*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Sergipe]. Repositório Institucional UFS. <https://ri.ufs.br/handle/riufs/18643>
- Silva, K. K. R, Lima, M. E. O & Silva, P. (2024b). Racismo e Povos Indígenas no Brasil: Uma Revisão de Escopo. *Psicologia: Teoria e Prática*, 26(1). <https://doi.org/10.5935/1980-6906/ePTPSP15944.pt>
- Telles, E. E. (1993). Cor da Pele e Segregação Residencial no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos* (24), 5-22.
- Torres, A. R. R., Martignoni, T. V. L., Oliveira, T. M. (2011). Contato, Sentimentos Intergrupais, Identidade Social, Preconceito e Dívidas Históricas: O Caso dos Indígenas em Goiás. In: E. M. Techio, M. E. O. Lima. (Orgs.). *Cultura e*

Produção das Diferenças: estereótipos e preconceito no Brasil, Espanha e Portugal. TechnoPolitik Editora.